

DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO (PÓS-EDITAL)

Tipo – GRAN



SUA PROVA

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

o cartão-resposta das questões objetivas.



INFORMAÇÕES GERAIS

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;

Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;

Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!



TEMPO

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;

3 horas após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;

Faltando **30 minutos** para o final da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.



NÃO SERÁ PERMITIDO

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;

Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;

Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.

Baseado no formato de prova aplicado pela banca FGV



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2411079746M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

5º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Polícia Civil do Estado de Minas Gerais
PC/MG

CARGO:

Delegado de Polícia Substituto (Pós-Edital)

MODELO/BANCA:

FGV

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

11/2024

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

11/2024

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

PC/MG – 5º SIMULADO – DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO (PÓS-EDITAL)

Direito Administrativo Rafael de Oliveira

1

Sobre a responsabilidade civil do Estado na visão dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

- I – Nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.
- II – O STJ, alinhando-se ao entendimento do Excelso Pretório, firmou compreensão de que o Poder Público, inclusive por atos omissivos, responde de forma objetiva quando constatada a precariedade/vício no serviço decorrente da falha no dever legal e específico de agir.
- III – Considerando que é dever do Estado, imposto pelo sistema normativo, manter em seus presídios os padrões mínimos de humanidade previstos no ordenamento jurídico, é de sua responsabilidade, nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição, a obrigação de ressarcir os danos, inclusive morais, comprovadamente causados aos detentos em decorrência da falta ou insuficiência das condições legais de encarceramento.

- (A) Somente o item I está correto.
- (B) Somente o item II está correto.
- (C) Todos estão corretos.
- (D) Nenhum está correto.
- (E) Somente o item III está correto.

2

Sobre as origens do direito administrativo, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O direito administrativo surgiu na França no fim do século XVIII e início do século XIX, tendo seu reconhecimento como ramo autônomo do direito no início do processo de desenvolvimento do Estado de Direito, calcado no princípio da legalidade e da separação dos poderes.
- (B) Importante ressaltar que devido à criação do Estado de Direito e a sua conseqüente necessidade de garantir um mínimo de segurança na relação entre Administração Pública e os administrados, foi preciso criar ramos autônomos do direito para regular a relação supracitada.

- (C) Coube ao direito administrativo delimitar funções e organizar as ideias governamentais para assegurar os direitos decorrentes da mencionada relação, garantindo os interesses gerais da coletividade, chamados de interesse público.
- (D) Assim, o direito administrativo originou-se na França, no período pós-revolucionário, com o Estado de Direito, em uma época tomada pela revolta existente em relação às ideias políticas que eram juridicamente aceitas.
- (E) Os pensamentos de poder e dever foram frutos das ideias de Rousseau e Montesquieu, as quais não foram fundamentais para a formação do Estado Democrático de Direito.

3

Sobre a Lei Federal n. 12.016/2009 e a jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre o MS, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, na defesa de seus interesses legítimos relativos a seus integrantes ou à finalidade partidária, ou por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 1 (um) ano, em defesa de direitos líquidos e certos da totalidade, ou de parte, dos seus membros ou associados, na forma dos seus estatutos e desde que pertinentes às suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial.
- (B) Os direitos protegidos pelo mandado de segurança coletivo podem ser: coletivos, assim entendidos, para efeito desta Lei, os transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo ou categoria de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica básica; individuais homogêneos, assim entendidos, para efeito desta Lei, os decorrentes de origem comum e da atividade ou situação específica da totalidade ou de parte dos associados ou membros do impetrante.
- (C) O mandado de segurança contra ato judicial é aceito, pelo menos, em quatro hipóteses excepcionais: decisão judicial teratológica; decisão contra a qual não caiba recurso; para dar efeito suspensivo a recurso que não o tenha; quando impetrado por terceiro prejudicado por decisão judicial.
- (D) No RMS 17.524, a Corte Especial inadmitiu a possibilidade de impetração de mandado de segurança para o reconhecimento de incompetência absoluta dos juizados especiais para o julgamento de uma demanda, ainda que já existisse no processo decisão definitiva de turma recursal da qual não cabia mais recurso.
- (E) No mandado de segurança coletivo, a sentença fará coisa julgada limitadamente aos membros do grupo ou categoria substituídos pelo impetrante.

4

De acordo com o Estatuto dos Policiais Civis de Minas Gerais, o policial civil goza das seguintes prerrogativas, exceto:

- (A) convocar pessoas para testemunhar diligência policial.
- (B) ter aposentadoria especial, nos termos da lei.
- (C) requisitar, em caso de iminente perigo público, bens ou serviços, públicos ou particulares, em caráter excepcional, quando inviável outro procedimento, assegurada indenização ao proprietário, em caso de dano.
- (C) ser recolhido em prisão especial, à disposição da autoridade competente, quando sujeito a prisão antes e após a condenação definitiva, conforme disposto no Código de Processo Penal e nos termos da Lei Federal n. 5.350, de 6 de novembro de 1967.
- (E) receber, no ato de sua primeira designação, munições e colete balístico dentro do prazo de validade, arma de fogo, algemas e distintivo oficial padronizado.

5

Sobre as licenças, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A licença para tratamento de saúde será concedida a pedido do policial civil ou *ex officio*, sem prejuízo dos vencimentos e demais vantagens, sendo indispensável a avaliação médica.
- (B) O policial civil licenciado para tratamento de saúde não poderá dedicar-se a qualquer atividade remunerada.
- (C) A licença para tratamento de saúde depende de inspeção por junta médica oficial, até para o caso de prorrogação.
- (D) A licença concedida dentro do prazo de sessenta dias do término da anterior é considerada prorrogação.
- (E) O policial civil que, no curso de seis meses imediatamente anteriores ao requerimento de nova licença, houver se licenciado por período contínuo ou descontínuo de três meses deverá submeter-se à verificação de invalidez.

6

Sobre o poder de polícia na visão do STF, assinale a alternativa correta.

- I – A teoria do ciclo de polícia demonstra que o poder de polícia se desenvolve em quatro fases, cada uma correspondendo a um modo de atuação estatal: (i) a ordem de polícia, (ii) o consentimento de polícia, (iii) a fiscalização de polícia e (iv) a sanção de polícia.
- II – A extensão de regras do regime de direito público a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração pública indireta, desde que prestem serviços públicos de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial, é admissível pela jurisprudência da Corte.

III – As estatais prestadoras de serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial podem atuar na companhia do atributo da coercibilidade inerente ao exercício do poder de polícia, mormente diante da atração do regime fazendário.

IV – É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.

- (A) Somente o item I está correto.
- (B) Somente o item II está correto.
- (C) Todos estão corretos.
- (D) Nenhum está correto.
- (E) Somente o item III está correto.

7

Sobre o ato administrativo, assinale a alternativa correta.

I – Todo e qualquer acontecimento, seja decorrente de condutas humanas ou sucessão de eventos alheios à atuação humana, é conceituado como fato. Em determinadas situações, estes fatos precisam de regulamentação por meio de normas jurídicas. Como exemplo, a morte e o nascimento são fatos do mundo que atingem a esfera jurídica e, portanto, são fatos jurídicos.

II – Quando o fato descrito na norma legal produz efeitos no campo do direito administrativo, ele é um fato administrativo, como ocorre com a morte de um funcionário, que produz a vacância de seu cargo; com o decurso do tempo, que produz a prescrição administrativa.

III – No julgamento do AREsp 1.806.617, a Segunda Turma destacou que a discricionariedade administrativa não é imune ao controle judicial, especialmente diante da prática de atos que impliquem restrições a direitos dos administrados – como a eliminação de concurso público –, cabendo à Justiça reapreciar os aspectos vinculados do ato administrativo (competência, forma e finalidade, além da razoabilidade e da proporcionalidade).

- (A) Somente o item I está correto.
- (B) Somente o item II está correto.
- (C) Todos estão corretos.
- (D) Nenhum está correto.
- (E) Somente o item III está correto.

8

Sobre a responsabilidade civil por atos do Legislativo, assinale a alternativa correta.

- I – A responsabilidade civil do Estado por atos legislativos e judiciais é uma das formas de responsabilização do Estado por danos causados a terceiros em razão de suas atividades.
- II – No caso dos atos legislativos, a responsabilidade surge quando uma lei aprovada viola direitos fundamentais dos cidadãos, causando prejuízos a esses indivíduos. No caso dos atos judiciais, a responsabilidade surge quando uma decisão judicial é proferida de forma negligente, imprudente ou ilegal, causando danos a terceiros.
- III – A pesquisa identificou uma divisão doutrinária entre a teoria da irresponsabilidade e a teoria da responsabilidade, com o Brasil adotando esta última, fundamentada no artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, que estabelece a responsabilidade subjetiva do Estado por danos causados por seus agentes.

- (A) Somente o item I está correto.
- (B) Somente os itens I e II estão corretos.
- (C) Todos estão corretos.
- (D) Nenhum está correto.
- (E) Somente o item III está correto.

9

Sobre a Constituição do Estado de Minas Gerais, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Lei estadual disciplinará o procedimento de licitação, obrigatória para a contratação de obra, serviço, compra, alienação, concessão e permissão, em todas as modalidades, para a administração pública direta, autárquica e fundacional, bem como para as empresas públicas e sociedades de economia mista.
- (B) Na licitação a cargo do Estado ou de entidade de administração indireta, observar-se-ão, entre outros, sob pena de nulidade, os princípios de isonomia, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.
- (C) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, sendo facultativa a regressão, no prazo estabelecido em lei, contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.
- (D) A publicidade de ato, programa, projeto, obra, serviço e campanha de órgão público, por qualquer veículo de comunicação, somente pode ter caráter informativo, educativo ou de orientação social, e dela não constarão nome, símbolo ou imagem que caracterizem a promoção pessoal de autoridade, servidor público ou partido político.

- (E) Os Poderes do Estado e do Município, incluídos os órgãos que os compõem, publicarão, trimestralmente, o montante das despesas com publicidade pagas, ou contratadas naquele período com cada agência ou veículo de comunicação.

10

Sobre o poder disciplinar, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O poder disciplinar, *in genere*, pode dizer-se, do ponto de vista orgânico, e mesmo material e formal, atua por uma determinada forma de sanções, imprescindíveis à ordem e à disciplina da própria administração, na execução de seus serviços ou no exercício de suas funções.
- (B) A vulneração dos deveres expressos ou implícitos provoca uma reação em face do comprometimento da hierarquia e da disciplina.
- (C) A ação moralizadora do Estado deverá fazer-se sentir, de início, pelo procedimento irrepreensível de seus próprios servidores.
- (D) Os servidores do Estado devem dar exemplo de absoluta exatidão no cumprimento do dever, da mais rigorosa observância da lei, da mais escrupulosa diligência e de espírito de disciplina.
- (E) Não é permitida a instauração do processo com base em denúncia anônima, desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância.

Lei Orgânica PC/MG

Eduardo Galante

11

Nos termos da Lei Complementar n. 129/2013-MG, que contém a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PC/MG, o exercício da investigação criminal tem início com o conhecimento de ato ou fato passível de caracterizar infração penal e se encerra com a apuração da infração penal ou ato infracional ou com o esaurimento das possibilidades investigativas, compreendendo:

- I – a pesquisa técnico-científica a respeito de autoria, de materialidade, de motivos e de circunstâncias da infração penal.
- II – a articulação ordenada dos atos notariais do inquérito policial e demais procedimentos de formalização da produção probatória da prática de infração penal.
- III – a maximização dos efeitos do delito e o controle da crise dele decorrente.

Os itens

- (A) I e II estão certos.
- (B) I e III estão certos.
- (C) II e III estão certos.
- (D) estão todos certos.
- (E) estão todos errados.

12

Em conformidade com a Lei Complementar n. 129/2013-MG, que contém a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PC/MG, à PC/MG é assegurada autonomia administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:

- I – elaborar a sua programação financeira semestral e acompanhar e avaliar sua implantação, segundo as dotações consignadas no orçamento da Segurança Pública.
- II – executar contabilidade própria.
- III – adquirir materiais, viaturas e equipamentos específicos.

Os itens

- (A) I e II estão certos.
- (B) I e III estão certos.
- (C) II e III estão certos.
- (D) estão todos certos.
- (E) estão todos errados.

13

Relativamente à Lei Complementar n. 129/2013-MG, que contém a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PC/MG, além dos princípios referidos no art. 3º, orientam a investigação criminal e o exercício das funções de polícia judiciária a indisponibilidade do interesse público, a finalidade pública, a proporcionalidade, a obrigatoriedade de atuação, a autoridade, a oficialidade, o sigilo e a imparcialidade, observando-se ainda:

- I – a investidura em cargo de carreira policial civil;
- II – a evitabilidade da atuação policial civil conforme legislação vigente;
- III – a inafastabilidade da prestação do serviço policial civil;
- IV – a indeclinabilidade do dever de apurar infrações criminais;
- V – a delegabilidade da atribuição funcional do policial civil, conforme previsão legal;
- VI – a divisibilidade da investigação criminal no contexto penal;
- VII – a pluridisciplinaridade da investigação criminal;
- VIII – a uniformidade de procedimentos investigativos;
- IX – a busca da eficiência na investigação criminal e a repressão das infrações penais e dos atos infracionais.

Os itens acima:

- (A) estão todos certos.
- (B) apenas os itens I, III, IV e IX estão certos.
- (C) apenas os itens II, III, IV, V, VIII e IX estão certos.
- (D) apenas os itens II, IV, VI, VII, VIII e IX estão certos.
- (E) estão todos errados.

14

Conforme previsto na Lei Complementar n. 129/2013-MG, que contém a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PC/MG, a PC/MG reger-se-á pelos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e deve ainda observar, na sua atuação:

- I – a mitigação dos direitos humanos;
- II – a participação e interação com a sociedade civil;
- III – a apuração de conflitos;
- IV – o uso racional e preventivo da força;
- V – o atendimento ao público com presteza, probidade, urbanidade, atenção, interesse, respeito, discricção, moderação e objetividade;
- VI – a hierarquia, a precedência e a disciplina;
- VII – a transparência e a sujeição a mecanismos de controle interno e externo, na forma da lei;
- VIII – a integração com órgãos de segurança pública do Sistema de Defesa Social.

Os itens acima:

- (A) estão todos certos.
- (B) apenas os itens I, III, IV, V, VII e VIII estão certos.
- (C) apenas os itens II, III, IV e V estão certos.
- (D) apenas os itens V, VII e VIII estão certos.
- (E) estão todos errados.

15

No que diz respeito à Lei Complementar n. 129/2013-MG, que contém a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PC/MG, a PC/MG, órgão autônomo, essencial à segurança pública, à realização da justiça e à defesa das instituições democráticas, fundada na promoção da cidadania, da dignidade humana e dos direitos e garantias fundamentais, tem por objetivo, no território do Estado, em conformidade com o art. 136 da Constituição do Estado, dentre outros, o exercício das funções de:

- I – proteção da incolumidade das pessoas, das instituições constituídas e do patrimônio;
- II – preservação da ordem, da paz social, do *modus vivendi* e da segurança públicas;
- III – preservação das instituições políticas e jurídicas;
- IV – apuração das infrações penais e dos atos infracionais, exercício da polícia judiciária e cooperação com as autoridades judiciárias, civis e militares, em assuntos de segurança interna.

Estão certos apenas os itens:

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

Direito Constitucional**Samuel Marques****16**

João é professor em uma escola pública estadual e recentemente foi aprovado em concurso público para o cargo de técnico administrativo em uma universidade federal. Além disso, ele possui formação em enfermagem e foi convidado a assumir um cargo na rede municipal de saúde. Diante dessas oportunidades, João procura saber se poderá acumular os cargos e de que maneira.

À luz da Constituição Federal e das regras sobre a acumulação remunerada de cargos públicos, é correto afirmar que:

- (A) João poderá acumular os cargos de professor e técnico administrativo, desde que haja compatibilidade de horários, mas não poderá assumir o cargo na rede municipal de saúde, mesmo com compatibilidade.
- (B) João poderá acumular todos os três cargos, desde que haja compatibilidade de horários, por se tratar de cargos públicos em diferentes esferas administrativas.
- (C) João não poderá acumular o cargo de professor com o de técnico administrativo, pois a Constituição permite apenas a acumulação de dois cargos de professor ou de dois cargos de saúde.
- (D) João poderá acumular o cargo de técnico administrativo com o de profissional de saúde, desde que haja compatibilidade de horários, mas não poderá acumular com o cargo de professor.
- (E) João poderá acumular os cargos de professor e técnico administrativo, bem como o cargo na rede municipal de saúde, desde que haja compatibilidade de horários.

17

Durante uma sessão na Câmara Municipal, o vereador Pedro solicitou acesso a documentos internos de uma secretaria municipal, alegando que a informação era necessária para acompanhar a execução de um contrato público de interesse da coletividade. No entanto, a secretaria negou o pedido, argumentando que o vereador não possuía competência específica para solicitar essas informações fora de uma comissão oficial da Câmara.

Inconformado, o vereador ingressou com uma ação para ter garantido seu direito de acesso à informação.

Com base no entendimento jurisprudencial e nas normas constitucionais, é correto afirmar que:

- (A) o vereador Pedro não possui direito de acesso à informação, pois a prerrogativa de solicitar documentos públicos é exclusiva de comissões parlamentares.

(B) o parlamentar, no exercício de suas funções, possui o direito absoluto de acessar qualquer informação pública, inclusive sigilosa, independentemente de autorização ou justificativa.

(C) a negativa de acesso foi correta, pois o vereador só pode solicitar informações de interesse público em nome de uma comissão oficial da Câmara Municipal.

(D) o parlamentar, como cidadão, possui o direito fundamental de acesso a informações públicas de interesse pessoal ou coletivo, nos termos do artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, independentemente de seu cargo.

(E) o acesso à informação pelo parlamentar só será possível caso o pedido tenha sido realizado formalmente por meio de um processo administrativo autorizado pela Câmara Municipal.

18

Carlos, naturalizado brasileiro, teve sua naturalização cancelada por sentença judicial após ser comprovada fraude no processo de aquisição da nacionalidade. Além disso, Ana, uma brasileira nata que obteve cidadania de outro país, apresentou um pedido formal de renúncia da nacionalidade brasileira perante a autoridade competente. Posteriormente, Ana decidiu voltar ao Brasil e solicitou a reanquirição de sua nacionalidade brasileira.

Com base na Constituição Federal e nas regras sobre perda e reanquirição da nacionalidade, é correto afirmar que:

- (A) Carlos poderá recuperar sua nacionalidade brasileira automaticamente, pois a Constituição permite a reanquirição de nacionalidade em todos os casos de perda.
- (B) Ana não poderá readquirir sua nacionalidade brasileira, uma vez que a renúncia é irrevogável, e a Constituição veda a dupla nacionalidade.
- (C) A perda da naturalização de Carlos por sentença judicial é válida, pois se baseou em fraude no processo, o que é uma das hipóteses previstas na Constituição.
- (D) Ana não precisaria renunciar à sua cidadania estrangeira para readquirir a nacionalidade brasileira, mas precisaria comprovar vínculo com o Brasil para recuperar a nacionalidade originária.
- (E) A perda da nacionalidade brasileira de Ana por pedido formal a impede de exercer cargos públicos ou direitos políticos no Brasil, mesmo que ela readquirir a nacionalidade posteriormente.

19

A Constituição Federal de 1988 define expressamente o rol dos legitimados para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o Supremo Tribunal Federal (STF). Apenas as entidades ou autoridades listadas na Constituição podem ingressar com essa ação, cabendo a elas questionar a constitucionalidade de leis e atos normativos federais e estaduais em face da Constituição Federal. Com base nas disposições constitucionais sobre a legitimidade ativa para a propositura de ADI, analise as afirmativas a seguir:

- I – Uma Entidade de Classe de âmbito regional pode propor ADI diretamente ao STF, desde que demonstre a relevância do tema para a categoria que representa.
- II – Governadores de Estado e do Distrito Federal possuem legitimidade para propor ADI, independentemente de demonstrar pertinência temática com a matéria discutida na ação.
- III – O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) é um dos legitimados para ajuizar ADI perante o STF, sem necessidade de demonstrar interesse jurídico específico.

Está incorreto o que se afirmar em:

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

20

O Governador de determinado estado foi denunciado por crimes de responsabilidade em razão de irregularidades na gestão de recursos públicos. Ao tomar conhecimento da denúncia, o governador alegou que as leis estaduais poderiam definir os procedimentos de julgamento e as penas aplicáveis a esses crimes, já que os fatos apurados diziam respeito apenas à gestão do ente federativo estadual.

Ao fim de sua análise, o governador concluiu corretamente que:

- (A) as leis estaduais possuem competência concorrente com a União para definir crimes de responsabilidade aplicáveis aos agentes públicos locais.
- (B) a competência para definir os crimes de responsabilidade e as normas para seu julgamento é exclusiva da União.
- (C) as Assembleias Legislativas estaduais têm competência para definir crimes de responsabilidade, desde que respeitem as diretrizes gerais fixadas pela União.

(D) a União possui competência para definir crimes de responsabilidade apenas para os agentes públicos federais, cabendo aos estados essa definição para os seus agentes.

(E) a definição dos crimes de responsabilidade de agentes públicos estaduais cabe exclusivamente aos Tribunais de Justiça locais.

21

Um devedor de pensão alimentícia teve a prisão civil decretada em regime fechado, por deixar de cumprir sua obrigação alimentar. Durante a execução da medida, foi alegada a ausência de vagas no sistema penitenciário, e a defesa do devedor requereu a substituição do regime fechado pelo regime aberto, com a alegação de que a manutenção da prisão seria inviável nessas circunstâncias.

Com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e nas disposições legais pertinentes, o juiz deverá:

- (A) conceder a substituição do regime fechado pelo regime aberto, pois a prisão civil tem caráter excepcional e não pode ser mantida em situação de superlotação carcerária.
- (B) negar a substituição do regime fechado pelo regime aberto, pois a falta de vagas no sistema prisional não justifica a modificação do regime da prisão civil.
- (C) substituir a prisão civil por medidas alternativas, como a prestação de serviços à comunidade, diante da falta de vagas no sistema penitenciário.
- (D) manter a prisão civil, mas determinar o cumprimento em prisão domiciliar, uma vez que o regime domiciliar é equivalente ao regime aberto no caso de prisão civil.
- (E) determinar a suspensão da prisão civil até que haja vaga disponível no sistema penitenciário, assegurando o cumprimento integral da medida.

22

João, portador de uma doença rara, recebeu prescrição médica de um medicamento que possui registro na ANVISA, mas não está incorporado nas listas de dispensação do SUS. Diante da negativa administrativa de fornecimento do medicamento, João ingressou com uma ação judicial, solicitando que o Poder Judiciário obrigasse o fornecimento do fármaco.

Com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal e na Constituição Federal, assinale o item correto.

- (A) Depende exclusivamente da prescrição médica apresentada por João, comprovando a necessidade do fármaco.
- (B) É vedada pelo STF, pois medicamentos não incorporados nas listas do SUS não podem ser fornecidos judicialmente.
- (C) É possível, mas apenas se João comprovar, cumulativamente, requisitos como negativa administrativa, imprescindibilidade clínica e incapacidade financeira de custear o medicamento.
- (D) Poderá ser determinada com base no critério do juiz, desde que o magistrado considere a prescrição médica suficiente para evidenciar a necessidade do medicamento.
- (E) De acordo com entendimento vinculante do STF, a deverá ser automaticamente autorizado, pois a prescrição médica e o registro na ANVISA são suficientes para obrigar o fornecimento do fármaco.

23

Diante da vacância simultânea dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República no terceiro ano de mandato, o Congresso Nacional precisa definir como proceder para assegurar a continuidade do governo.

Com base nas disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que:

- (A) o Congresso Nacional deverá convocar eleições diretas para ambos os cargos no prazo de noventa dias após a vacância.
- (B) o Presidente do Senado Federal, necessariamente, deve assumir a Presidência da República, enquanto o Congresso Nacional organiza novas eleições no prazo de trinta dias.
- (C) a eleição será indireta, realizada pelo Congresso Nacional, no prazo de trinta dias após a vacância, e os eleitos completarão o período dos antecessores.
- (D) o Presidente da Câmara dos Deputados assume a Presidência da República em caráter definitivo, até o fim do mandato.
- (E) a nova eleição será indireta, mas os eleitos iniciarão um novo mandato de quatro anos, independentemente do tempo restante do período dos antecessores.

24

Diante de uma paralisação organizada por policiais civis de determinado estado, o governo estadual ingressou com uma ação na Justiça para declarar a ilegalidade da greve. Os policiais alegavam que, apesar da falta de norma regulamentadora específica, tinham o direito de exercer a greve como forma de reivindicar melhores condições de trabalho e salários. O caso foi submetido ao Supremo Tribunal Federal (STF) para pacificação do entendimento.

Com base no entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e na Constituição Federal, é correto afirmar que:

- (A) os policiais civis possuem o direito de greve, desde que seja garantida uma escala mínima de contingente para atender situações emergenciais.
- (B) a greve dos policiais civis é legal, mas o governo deve instaurar uma mediação obrigatória para negociar com a categoria, nos termos do art. 165 do CPC.
- (C) o direito de greve é vedado a todos os servidores públicos, inclusive os policiais civis, sendo a mediação apenas facultativa.
- (D) o direito de greve é vedado aos policiais civis e aos servidores públicos que atuem diretamente na segurança pública, mas é obrigatória a participação do Poder Público na mediação dos interesses da categoria.
- (E) o STF reconheceu o direito de greve aos policiais civis, mas determinou que o exercício desse direito deve aguardar a edição de norma regulamentadora pelo Congresso Nacional.

25

Pedro, deputado federal, era réu em uma ação penal originária no Supremo Tribunal Federal (STF). Durante o andamento do processo, foi publicado o despacho de intimação para apresentação das alegações finais. Uma semana depois, Pedro foi diplomado Prefeito, passando a ocupar um cargo que atrai competência originária diversa. A defesa argumentou que, em razão da mudança de cargo, a competência para julgar a ação penal deveria ser transferida para o Tribunal de Justiça do Estado. Com base na jurisprudência e nas regras sobre a competência penal originária, é correto afirmar que:

- (A) a competência do STF permanece prorrogada, uma vez que a instrução processual se considera encerrada com a publicação do despacho para apresentação das alegações finais.
- (B) a diplomação de Pedro como Prefeito transfere automaticamente a competência para o Tribunal de Justiça do Estado, uma vez que ele não ocupa mais cargo sujeito à competência originária do STF.
- (C) a mudança de cargo público pelo réu, em qualquer fase do processo, sempre acarreta a modificação da competência, independentemente do estágio em que o processo se encontra.
- (D) a competência do STF se encerra assim que o réu deixa o cargo de deputado, cabendo ao novo órgão competente dar continuidade ao processo.
- (E) a mudança de cargo do réu prorroga a competência do STF apenas se houver decisão de mérito proferida antes da diplomação para o novo cargo.

Direito Civil**Cristiny Rocha****26**

Camila é sócia da sociedade XYZ e contrata Fábio para atuar no setor publicitário. Todavia, as campanhas realizadas por ele acabam por prejudicar a imagem da empresa, o que leva Camila a ingressar na justiça buscando indenização. Sobre o tema, analise:

- I – A pessoa jurídica não pode sofrer dano moral.
- II – A sócia da pessoa jurídica possui legitimidade ativa para pleitear indenização, em nome próprio, por danos ao patrimônio da empresa.
- III – A pessoa jurídica não se confunde com os seus sócios, associados, instituidores ou administradores.

Estão corretas:

- (A) somente a I.
- (B) somente a II.
- (C) somente a III.
- (D) II e III, apenas.
- (E) Todas estão incorretas.

27

Acerca da prescrição e da decadência, é correto afirmar que:

- (A) o reconhecimento da prescrição da pretensão impede tanto a cobrança judicial quanto a cobrança extrajudicial do débito.
- (B) os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- (C) a prescrição em favor da Fazenda Pública recomeça a correr, por dois anos e meio, a partir do ato interruptivo, podendo ser reduzida aquém de cinco anos, embora o titular do direito a interrompa durante a primeira metade do prazo.
- (D) prescreve em 5 anos a pretensão de restituição dos lucros ou dividendos recebidos de má-fé, correndo o prazo da data em que foi deliberada a distribuição.
- (E) a interrupção da prescrição poderá ocorrer por mais de uma vez.

28

Caio Silva é funcionário público e busca em juízo gratificações que entende que lhe seriam de direito, uma vez que modificação introduzida por ato legislativo superveniente lhe teria afetado os ganhos. Nesse caso:

- (A) lei posterior que regule parcialmente a matéria abroga lei anterior.
- (B) a jurisprudência entende que não há direito adquirido à regime jurídico-funcional.
- (C) se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo de sessenta dias para entrar em vigor começará a correr da nova publicação.
- (D) correções a texto de lei já em vigor não se consideram lei nova.
- (E) a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior.

29

À respeito da decadência e da prescrição, conforme Código Civil e jurisprudência, assinale a alternativa correta.

- (A) É quinquenal o prazo prescricional ao exercício da pretensão de reembolso de despesas médico-hospitalares alegadamente cobertas pelo contrato de plano de saúde.
- (B) É válida a renúncia à decadência fixada em lei.
- (C) Flui o prazo prescricional após encerrado o casamento, pois durante o prazo fica suspenso.
- (D) Se o devedor reconhecer débito e pedir parcelamento, haverá purgação da prescrição.
- (E) Haverá interrupção da prescrição por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.

30

O Estatuto do Idoso consagra diversas normas que buscam tutelar os direitos da pessoa idosa, inclusive no que se refere ao acesso à Justiça, verdadeiro direito fundamental. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Se a pessoa idosa ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao Poder Público esse provimento na esfera do Poder Judiciário.
- (B) As crianças não devem ser expostas a informações sobre velhice, segundo pesquisas sobre a primeira infância.
- (C) As discussões sobre o tema de envelhecimento só devem ser ofertadas a partir do ensino fundamental, pois se demanda maturidade dos discentes.
- (D) A participação das pessoas idosas em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos cinquenta por cento nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.
- (E) O critério final de desempate em concurso público será a idade, dando-se preferência ao de idade mais elevada.

Direito Penal e Legislação Penal Extravagante

Renato Pulz

31

Os princípios têm importante função limitadora do poder punitivo estatal e garantidora de direitos fundamentais do indivíduo. Sobre o tema, marque a alternativa correta.

- (A) Os princípios penais orientam o legislador e o intérprete da lei penal, mas não tem força normativa e cogente.
- (B) O princípio da insignificância é causa de exclusão da tipicidade formal.
- (C) O princípio da anterioridade permite que determinado fato seja punido, mesmo que praticado anteriormente à vigência da lei penal que o define como crime seja punido, justificado pela gravidade e reprovação social da conduta.
- (D) Os princípios da fragmentariedade e da subsidiariedade são corolários do princípio da intervenção mínima.
- (E) O princípio vedação à dupla incriminação (*ne bis in idem*) tem previsão expressa na Constituição Federal.

32

Sobre a aplicação da lei penal, é INCORRETO afirmar que:

- (A) no ordenamento jurídico nacional, aplica-se a regra da territorialidade mitigada.
- (B) em relação a aplicação da lei penal no espaço, no Brasil, não há hipótese de aplicação da intraterritorialidade.
- (C) se o crime ocorrer em uma aeronave brasileira a serviço do governo brasileiro em território estrangeiro e aí não julgados, se aplica o princípio da territorialidade.
- (D) em relação ao lugar do crime, é adotado pelo CP a teoria da ubiquidade, que só tem relevância nos crimes fronteiriços.
- (E) em relação ao tempo do crime, é adotada pelo CP a teoria da atividade.

33

Ricardo estava em uma aula introdutória de Direito Penal e recorreu aos colegas ao ser perguntado pelo professor sobre o conceito de crime. Marque a resposta que melhor corresponde ao questionamento.

- (A) Maria afirmou que, apesar de não saber definir o conceito, lembrava que no caso de crimes o limite da pena privativa de liberdade era de 30 anos.
- (B) Juliano respondeu que o único conceito de crime é o que dispõe respeito aos elementos que compõem sua estrutura, portanto o conceito material.
- (C) Ricardo corrigiu Juliano afirmando que esse era o conceito analítico e que o conceito poderia ser definido por diferentes critérios.
- (D) Roberto afirmou que no Brasil foi adotado um sistema tricotômico, dividindo o conceito em infração penal, crime e contravenção penal.
- (E) Joana defendeu que o conceito de crime, a partir do critério material, é definido pela natureza da infração, ou seja, as infrações punidas com rigor penitenciário.

34

Em relação ao fato típico e a conduta, marque a alternativa correta.

- (A) Estão sempre presentes no fato típico os seus elementos: conduta, resultado, nexo causal e tipicidade.
- (B) Segundo a teoria causal da conduta, o dolo era chamado de normativo, por existir no dolo também um elemento normativo, que era a consciência atual da ilicitude.
- (C) A teoria funcionalista sistêmica, de Claus Roxin, afirma que conduta é o comportamento humano voluntário causador de resultado evitável, violador do sistema, frustrando as expectativas normativas.
- (D) Ações em curto circuito e habituais excluem a conduta.
- (E) A coação física irresistível é caso de inexibibilidade de conduta diversa, logo exclui a culpabilidade.

35

O agente que recrutar, organizar, transportar ou municiar indivíduos que viajem para país distinto daquele de sua residência ou nacionalidade para práticas que configurem atos de terrorismo incide no crime previsto pela Lei Antiterror. Marque a alternativa que corresponde a classificação doutrinária para esse delito.

- (A) Crime de acumulação.
- (B) Crime de circulação.
- (C) Crime obstáculo.
- (D) Crime de atentado.
- (E) Crime de empreendimento.

36

Zé do Beco saiu portando certa quantidade de maconha durante o dia. Considerando as alternativas abaixo e os diferentes contextos, marque a correta conforme as disposições da Lei n. 11.343/2006 (Lei de Drogas) e da jurisprudência dos tribunais superiores.

- (A) Se for flagrado com apenas 30 gramas, certamente não configurará crime.
- (B) Se vender a droga nas imediações de escola, incidirá uma causa de aumento de pena.
- (C) Caso estivesse vendendo a droga nas imediações de um presídio, a causa de aumento só incidiria se comprovado que Zé do Beco visava os frequentadores daquele local.
- (D) Ao traficar perto de igreja, também merecerá a causa de aumento de pena pela maior reprovabilidade da conduta.
- (E) A causa de aumento de pena incidirá se Zé do Beco vender a droga perto de escola, mesmo que seja no domingo.

37

Carlão foi ao bar sabendo que encontraria seu desafeto e já com o objetivo de matá-lo. Sem pestanejar, aproximou-se furtivamente e, sem defesa para a vítima, desferiu uma facada pelas costas e saiu correndo. A vítima foi socorrida e levada para o hospital onde foi imediatamente submetida a cirurgia. Felizmente a facada não atingira nenhum órgão vital, mas durante o procedimento, o paciente contraiu uma infecção hospitalar que o levou a morte. Diante do caso descrito, a responsabilização penal será:

- (A) lesão corporal.
- (B) homicídio qualificado.
- (C) a infecção hospitalar é uma concausa relativamente independente, que por si só causou o resultado, rompendo o nexos causal.
- (D) Carlão deve responder por tentativa de homicídio simples.
- (E) lesão corporal qualificada.

38

Agamenon caminhava por uma rua escura e viu, vindo do outro lado da rua, em sentido contrário, seu desafeto Ricardo, que havia lhe jurado de morte há dias por conta de dívidas de jogo. Agamenon, que andava armado, ficou preparado para qualquer atitude suspeita. Ricardo começou a atravessar a rua na direção de Agamenon e colocou a mão dentro do casaco. Agamenon, de forma precipitada e sem esperar, sacou a arma e atirou, acertando um tiro no peito do desafeto. Com a vítima agonizando no chão, viu na sua mão um bilhete em que estava escrito que sua dívida estava perdoada. Sobre o cenário descrito, é correto afirmar.

- (A) Agamenon agiu com culpa própria.
- (B) Agamenon agiu com dolo eventual.
- (C) O caso é um exemplo de culpa consciente.
- (D) É o caso de culpa por assimilação.
- (E) É caso de dolo de ímpeto.

39

Sobre as justificantes e dirimentes, marque a alternativa correta.

- (A) A legítima defesa exige a paridade de armas.
- (B) É possível a legítima defesa culposa.
- (C) O policial que mata criminoso em troca de tiros age no estrito cumprimento do dever legal.
- (D) A embriaguez nunca exclui a imputabilidade.
- (E) A desobediência civil é causa supralegal de exclusão de ilicitude.

40

Sobre o tema ação penal, marque a alternativa correta.

- (A) Importa renúncia tácita ao direito de queixa a prática de ato incompatível com a vontade de exercê-lo; inclusive quando o ofendido receber a indenização do dano causado pelo crime.
- (B) Na ação penal de iniciativa privada, assim como na pública, prevalece o princípio da oportunidade e da conveniência.
- (C) A representação será irretroatável depois de oferecida a denúncia.
- (D) Na ação penal pública, o princípio da obrigatoriedade é absoluto.
- (E) Roberto foi injuriado por Sandra e Maria, mas como Maria é sua amiga, pode oferecer a queixa-crime somente contra Sandra.

41

Um nova sociedade globalizada acabou por resultar em uma criminalidade mais organizada e diferenciada, com caráter transnacional e estruturas e modelos empresariais, tornando os crimes mais complexos e bem diferentes dos tradicionais. Esse fenômeno exigiu que os Estados se organizassem para prevenir e combater esse novo tipo de crime, e a Convenção de Palermo foi um marco importante nesse sentido. Sobre o tema organizações criminosas e as disposições da Lei n. 12.850/2013 e da jurisprudência, marque a alternativa correta.

- (A) Aquele que impede ou, de qualquer forma, embarça a investigação de infração penal que envolva organização criminosa será punido com a mesma pena de quem integra a organização criminosa.
- (B) As penas aumentam-se até o dobro se na atuação da organização criminosa houver emprego de arma de fogo.
- (C) O condenado por integrar organização criminosa deverá iniciar o cumprimento da pena em estabelecimentos penais de segurança máxima.
- (D) O crime é qualificado se há participação de criança ou adolescente.
- (E) A colaboração premiada poderá ser realizada até a prolação da sentença condenatória.

42

Sobre os crimes cometidos na condução de veículo automotor e as disposições da Lei n. 9.503/1997 e da jurisprudência, marque a alternativa correta.

- (A) São todos crimes de perigo abstrato.
- (B) Os institutos despenalizadores se aplicam aos crimes culposos, sem exceção.
- (C) No homicídio doloso de trânsito, a pena será majorada de 1/3 (um terço) à metade se praticado na faixa de segurança.
- (D) Se o condutor dirigir embriagado e se do crime resultar lesão corporal de natureza grave ou gravíssima dirigindo, a pena será majorada em dobro.
- (E) Não há consunção entre o crime de dirigir embriagado e causar lesão corporal culposa.

43

Sobre os crimes da Lei de Tortura (Lei n. 9.455/1997), marque a alternativa incorreta.

- (A) Os crimes previstos só admitem a forma de sofrimento físico.
- (B) O crime de tortura é prescritível, mas é imprescritível a ação civil indenizatória por danos morais de crimes praticados na ditadura.
- (C) A tortura castigo exige, diferente das outras modalidades, o intenso sofrimento da vítima.
- (D) É crime comum, isto é, pode ser praticado por qualquer pessoa, funcionário público ou não.
- (E) O crime de tortura pode ser praticado sem uso de violência física.

44

Sobre os crimes contra a pessoa, marque a alternativa correta.

- (A) O crime de incitação ao suicídio ou a automutilação será qualificado se praticado por meio das redes sociais, pelo maior risco à sociedade.
- (B) O infanticídio se configura se a mãe matar o filho no período de até 30 dias após o parto.
- (C) Na lesão corporal qualificada pela violência doméstica do Código Penal, o sujeito passivo do crime pode ser tanto homem quanto mulher.
- (D) Para caracterizar o abandono de incapaz, a vítima deve ser menor de 16 anos.
- (E) O crime de perseguição é de ação penal de iniciativa pública incondicionada.

45

Sobre os crimes contra a Administração Pública, marque a alternativa correta.

- (A) Pessoa realiza pagamento achando que deve determinado tributo, e o servidor público, no exercício da função, recebe mesmo percebendo o engano; nesse caso, estamos diante do crime de apropriação indébita.
- (B) A consumação do crime de inserção de dados falsos em sistema de informações do art. 313-A independe da obtenção de vantagem indevida ou de causar dano à administração.
- (C) O crime de dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei se configura mesmo que o destino da verba seja em benefício próprio.
- (D) Comete o crime de concussão o agente que exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, no exercício da função, vantagem indevida.
- (E) O crime do agente público que solicita vantagem indevida ao particular se consumará quando receber a tal vantagem.

Direito Processual Penal e Legislação Processual Penal Extravagante

Douglas Vargas

46

Em determinado processo penal, o Ministério Público ingressou com RESE (recurso em sentido estrito) contra uma sentença que na verdade deveria ter sido atacada por meio de apelação.

O Tribunal não conheceu do recurso, haja vista que a via de impugnação era a incorreta, entendendo haver, nesse caso, erro grosseiro do MP.

O MP, então, recorreu ao STJ, para que, apesar do erro formal, o recurso fosse conhecido.

Tal possibilidade, segundo o próprio STJ:

- (A) não é cabível, pois o erro formal não é passível de correção.
- (B) é cabível e deriva do princípio da fungibilidade, independentemente da existência de má-fé no caso concreto.
- (C) é cabível e deriva do princípio do devido processo legal, independentemente da existência de má-fé no caso concreto.
- (D) é cabível e deriva do princípio da fungibilidade, desde que demonstrada a ausência de má-fé.
- (E) é cabível e deriva do princípio do devido processo legal, desde que demonstrada a ausência de má-fé.
- (F) é cabível e deriva do princípio do contraditório, desde que demonstrada a ausência de má-fé.

47

Determinado indivíduo está sendo investigado por um crime cuja apuração não é de grande complexidade. O inquérito policial durou por alguns anos, gerando questionamento da defesa quanto à excessiva duração da tramitação do procedimento, o qual contou com inúmeras prorrogações.

Nesse contexto, e considerando a jurisprudência, é correto afirmar que:

- (A) há excesso de prazo para conclusão de IP, quando, a despeito do investigado se encontrar solto, a investigação perdura por longo período sem que haja complexidade que justifique.
- (B) não há excesso de prazo, haja vista que o inquérito tem prazo de conclusão prorrogável, e não há limite legal para o número de prorrogações, haja vista que o prazo é impróprio.
- (C) não há excesso de prazo, haja vista que o inquérito tem prazo de conclusão prorrogável, e não há limite legal para o número de prorrogações, haja vista que o prazo é próprio.

(D) há excesso de prazo, independentemente da complexidade das investigações, pois não é lícito que um inquérito tenha duração superior ao prazo de doze meses.

(E) há excesso de prazo, independentemente da complexidade das investigações, pois não é lícito que um inquérito tenha duração superior ao prazo de vinte e quatro meses.

48

José foi ouvido como testemunha em sede de inquérito policial. Em sua oitiva, disse que nada sabia sobre o ocorrido. Durante a oitiva de outras testemunhas, no entanto, José foi apontado como o autor do delito, o que resultou no seu indiciamento e denúncia pelo MP.

A defesa impetrou *habeas corpus* fundado na nulidade de que José não foi informado de seu direito ao silêncio durante as oitivas em sede de inquérito policial.

Nesse caso, e considerando a jurisprudência do STJ sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) não há nulidade no caso apresentado.
- (B) há nulidade absoluta pelo mero fato de não haver comunicação ao investigado sobre seu direito ao silêncio.
- (C) há nulidade absoluta haja vista que a classificação de José como testemunha era indevida.
- (D) só haveria nulidade pela falta de comunicação sobre o direito de permanecer em silêncio se fosse demonstrado o efetivo prejuízo, o que não ocorreu, porque, em sua oitiva, José não disse nada que lhe prejudicasse.
- (E) só haveria nulidade se José estivesse formalmente qualificado como investigado, ainda que este tivesse confessado o crime durante sua oitiva.

49

Sobre a prisão, é correto afirmar:

- (A) A prisão em flagrante poderá ser efetuada em qualquer dia e a qualquer hora, desconsideradas as restrições relativas à inviolabilidade do domicílio.
- (B) Não será permitido o emprego de força em caso de tentativa de fuga do preso, em razão da dignidade da pessoa humana.
- (C) O mandado de prisão deve ser lavrado pela autoridade e assinado pelo escrivão.
- (D) O mandado de prisão deve fazer constar a designação de pessoa que tiver de ser presa, vedada utilização de alcunhas ou sinais característicos.
- (E) O mandado de prisão declarará o valor da fiança arbitrada, quando afiançável a infração.

50

A prisão preventiva:

- (A) é inadmissível em fase de inquérito, devendo a autoridade policial utilizar o instituto da prisão temporária, se necessário.
- (B) é inadmissível em fase de processo penal, havendo o judiciário a responsabilidade de decretar apenas a prisão com culpa formada em respeito à presunção de inocência.
- (C) não pode ser decretada em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares.
- (D) é admitida nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos.
- (E) não é admissível pelo mero fato de haver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para a esclarecer.

51

Admitem prisão temporária:

- (A) genocídio, epidemia, homicídio.
- (B) genocídio, furto, roubo.
- (C) furto, roubo e extorsão.
- (D) extorsão, crimes contra o sistema financeiro e roubo.
- (E) corrupção passiva, roubo e extorsão.

52

Segundo o CPP, são medidas cautelares diversas da prisão, exceto:

- (A) proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações.
- (B) proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante.
- (C) proibição de ausentar-se da Comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução.
- (D) recolhimento domiciliar no período diurno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos.
- (E) suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais.

53

Sobre o tema ação penal, especificamente sobre o Acordo de Não Persecução Penal, é correto afirmar que NÃO constitui condição prevista em lei para celebração do acordo:

- (A) reparar o dano ou restituir a coisa à vítima, exceto na impossibilidade de fazê-lo.
- (B) renunciar voluntariamente a quaisquer bens e direitos indicados pelo Ministério Público.
- (C) prestar serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito diminuída de um a dois terços, em local a ser indicado pelo juízo da execução.
- (D) pagar prestação pecuniária a entidade pública ou de interesse social, a ser indicada pelo juízo da execução, que tenha, preferencialmente, como função proteger bens jurídicos iguais ou semelhantes aos aparentemente lesados pelo delito.
- (E) cumprir, por prazo determinado, outra condição indicada pelo Ministério Público, desde que proporcional e compatível com a infração penal imputada.

54

Segundo o art. 69 do CPP, são parâmetros para determinação da competência jurisdicional, dentre outros:

- (A) o lugar e o tempo da infração.
- (B) o domicílio ou residência do réu e da vítima.
- (C) a natureza da infração e a distribuição.
- (D) a conexão, a continência e a fungibilidade.
- (E) a prevenção, a prerrogativa de função e a anterioridade.

55

Não sendo conhecido o lugar da infração, via de regra, a competência é fixada:

- (A) pela prevenção.
- (B) pelo domicílio da vítima.
- (C) pela distribuição.
- (D) pelo domicílio do réu.
- (E) pela conexão.

56

Quanto à atribuição para conceder fiança, é correto afirmar:

- (A) é sempre do magistrado.
- (B) pode ser da autoridade policial, em infrações penais cuja pena privativa de liberdade máxima seja inferior a quatro anos, e do magistrado, nos demais casos, que devem ser decididos em até setenta e duas horas.
- (C) pode ser da autoridade policial, em infrações penais cuja pena privativa de liberdade máxima seja igual ou inferior a quatro anos, e do magistrado, nos demais casos, que devem ser decididos em até setenta e duas horas.
- (D) pode ser da autoridade policial, em infrações penais cuja pena privativa de liberdade máxima seja inferior a quatro anos, e do magistrado, nos demais casos, que devem ser decididos em até quarenta e oito horas.
- (E) pode ser da autoridade policial, em infrações penais cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a quatro anos, e do magistrado, nos demais casos, que devem ser decididos em até quarenta e oito horas.

57

Considerando um caso no qual a situação econômica do preso não impacte na dispensa, redução ou aumento da fiança, regra geral, o valor que deve ser fixado pela autoridade, para um crime cuja pena privativa de liberdade, em grau máximo, não seja superior a quatro anos é de:

- (A) um a cem salários mínimos.
- (B) dez a cem salários mínimos.
- (C) um a duzentos salários mínimos.
- (D) dez a duzentos salários mínimos.
- (E) um a cinquenta salários mínimos.

58

Caberá apelação:

- (A) da decisão que não recebe a denúncia.
- (B) da decisão que conclui pela incompetência do juízo.
- (C) da decisão que anula o processo da instrução criminal.
- (D) da decisão que impuser medida de segurança, depois de transitar a sentença em julgado.
- (E) da decisão condenatória do Tribunal do Júri na qual a decisão dos jurados é manifestamente contrária às provas contidas nos autos.

59

Sobre as apelações, é correto afirmar que:

- (A) a apelação da sentença absolutória impedirá que o réu seja posto imediatamente em liberdade.
- (B) a apelação suspenderá a execução da medida de segurança aplicada provisoriamente.
- (C) a apelação de sentença condenatória sempre terá efeito suspensivo.
- (D) as apelações devem ser interpostas em relação a todo o julgado.
- (E) assinado o termo de apelação, o apelante e, depois dele, o apelado terão o prazo de oito dias cada um para oferecer razões, salvo nos processos de contravenção, em que o prazo será de três dias.

60

Sobre o tema citações e intimações, é incorreto afirmar que:

- (A) a citação inicial far-se-á por mandado, quando o réu estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que a houver ordenado.
- (B) quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado mediante precatória.
- (C) a citação do militar far-se-á por intermédio do chefe do respectivo serviço.
- (D) se o réu não for encontrado, será citado com hora certa.
- (E) se o réu estiver preso, será pessoalmente citado.

Direitos Humanos

Alice Rocha

61

A Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH) de 1948 pode ser considerada dentro da estrutura normativa do sistema global de proteção dos Direitos Humanos. Quanto à DUDH, é correto afirmar que:

- (A) por estabelecer um preceito básico de desenvolvimento da personalidade humana, incorpora somente direitos de segunda dimensão ou geração.
- (B) por ter sido estabelecida pelos vencedores da Segunda Guerra Mundial, defende a proteção prioritária de pessoas brancas, cristãs e do sexo feminino.
- (C) por uma estratégia de negociação, cuidou apenas dos direitos civis e políticos, deixando os direitos econômicos, sociais e culturais para um segundo momento.
- (D) foi estabelecida como uma resolução adotada pela Assembleia das Nações Unidas aprovada por 48 Estados, sem nenhum voto contrário.
- (E) Não possui nenhuma interrelação com a Carta das Nações Unidas por ter sido estabelecida em momento posterior à Segunda Guerra Mundial.

62

Temáticas de alta complexidade, como a pena de morte, continuam a despertar paixões e discussões sobre a melhor forma de punir delitos mais graves. Esta temática foi bastante debatida na construção da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH). A respeito desse assunto inserido na CADH, é correto afirmar que:

- (A) admite sua aplicação a qualquer pessoa, inclusive para jovens entre 12 e 18 anos e mulheres grávidas.
- (B) admite a reinclusão da pena em países que a aboliram desde que aprovada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- (C) admite em caso de crimes políticos cometidos durante o período de estado de sítio ou período de emergência.
- (D) em países que a admitem, a imposição da pena de morte pode ser para os delitos de média ou alta gravidade.
- (E) não é admitida para casos em que sua aplicação foi promulgada após o delito ter sido cometido.

63

Sobre a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, é correto afirmar que:

- (A) estabelece um plano global de metas e indicadores voltados à construção de um modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo.
- (B) estabelece um tratado internacional ratificado pelos Estados na forma de obrigações e políticas públicas impostas ao respectivo Poder Executivo.
- (C) está constituída por 16 objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) voltados ao desenvolvimento sustentável.
- (D) foi internalizada no Brasil como emenda constitucional, sendo necessário que o Estado assuma o compromisso com a preservação do meio ambiente e dos direitos fundamentais.
- (E) prevê a elaboração de políticas públicas de promoção da igualdade entre todos, não sendo admitidas políticas afirmativas que possam produzir discriminação em prol de um ou outro grupo populacional.

64

No Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos brasileiro, o governo estabelece como princípio a afirmação dos direitos humanos como universais, indivisíveis e interdependentes. Conforme previsto nesse documento, políticas públicas efetivas devem:

- (A) considerar esses direitos na perspectiva de uma sociedade baseada na promoção da igualdade de oportunidades e da equidade, no respeito à diversidade e na consolidação de uma cultura democrática e cidadã.
- (B) preocupar-se em incluir aspectos de monitoramento e controle tendo em vista punir aqueles que são contrários aos direitos humanos.
- (C) incluir homens, mulheres, crianças, jovens, idosos e comunidades tradicionais na garantia do usufruto dos direitos humanos, principalmente o direito à educação.
- (D) propor esses direitos de forma a considerar a perspectiva de liberdade, igualdade, fraternidade e dos direitos difusos e de propriedade coletiva.
- (E) inscrever de forma impositiva os direitos humanos em todas as legislações nacionais, estaduais e municipais, reafirmando a importância dos direitos civis, políticos e sociais.

65

O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) foi estabelecido pelo Decreto n. 7.07/2009 e apresenta como Eixo Orientador IV a “Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência”. Marque a alternativa que contempla corretamente uma das diretrizes deste Eixo Orientador IV.

- (A) Reconhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania e dever do Estado.
- (B) Combate às desigualdades estruturais.
- (C) Integração e ampliação dos sistemas de informações em Direitos Humanos e construção de mecanismos de avaliação e monitoramento de sua efetivação.
- (D) Promoção de sistema de justiça mais acessível, ágil e efetivo, para o conhecimento, a garantia e a defesa de direitos.
- (E) Fortalecimento dos Direitos Humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática.

66

A Constituição Federal de 1988 marcou o processo de redemocratização do Estado brasileiro, sendo a inclusão de mecanismos de proteção dos Direitos Humanos um posicionamento importante para o fortalecimento desses direitos. Além disso, os Direitos Humanos também foram fortalecidos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática a partir de diretriz estabelecida em um dos eixos orientadores do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3).

O fortalecimento dos Direitos Humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática é uma diretriz vinculada ao eixo orientador:

- (A) Desenvolvimento e transparência.
- (B) Educação e cultura nas comunidades.
- (C) Interação democrática entre Estado e sociedade civil.
- (D) Segurança pública e acesso à Justiça.
- (E) Universalizar direitos em contexto de desigualdade.

67

A Emenda Constitucional n. 45/2004 trouxe importante inovação no que tange à disciplina do processo de internalização dos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos. A esse respeito, é incorreto afirmar que:

- (A) após a celebração pelo Presidente da República e referendo do Congresso Nacional, os tratados em direitos humanos são incorporados ao direito interno e têm tratamento diferenciado na Constituição Federal, pois são incluídos nos direitos fundamentais.
- (B) parte da doutrina defende que os tratados de direitos humanos são incorporados pelo regime jurídico interno com status de norma infralegal.
- (C) de acordo com a Constituição de 1988, compete exclusivamente ao Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- (D) as obrigações decorrentes dos tratados internacionais de direitos humanos podem prevalecer ao disposto na Constituição Federal.
- (E) o art. 5º, § 3º, regulamenta a hipótese de equiparação à emenda constitucional dos tratados e convenções internacionais de Direitos Humanos aprovados por quórum qualificado pela casa legislativa.

68

Em 1992, a República Federativa do Brasil celebrou e internalizou um tratado internacional sobre Direitos Humanos. A respeito da incorporação desse tratado à ordem jurídica interna e com base no entendimento do STF, é correto afirmar que esse tratado equivale à:

- (A) lei ordinária.
- (B) lei complementar.
- (C) emenda constitucional.
- (D) norma supralegal.
- (E) norma supraconstitucional.

69

A estrutura normativa dos Direitos Humanos estabelece convenções gerais e convenções especiais relacionadas a grupos vulneráveis. A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher constitui uma dessas convenções especiais e foi promulgada no Brasil pelo Decreto n. 4.377/2002. Sobre este tratado internacional de direitos humanos, assinale a alternativa correta.

- (A) Discriminação contra a mulher significa toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no gênero e que aponte a importância da distribuição de tarefas a partir da identidade biológica para o exercício das funções sociais.
- (B) O Estado deve reconhecer que o cuidado dos filhos é exclusivo das mulheres, cujo exercício da maternidade deve ser pleno no melhor interesse da criança.
- (C) As mulheres têm direitos iguais aos dos homens para conservar ou mudar sua nacionalidade, contudo, na hipótese de casamento com nacional que imponha a nacionalidade do marido, esta deverá prevalecer.
- (D) Caberá aos Estados-Partes reconhecer à mulher casada, a necessidade de anuência do marido para as práticas dos atos da vida civil, em especial para firmar contratos e administrar bens, desde que demonstre incapacidade para tal.
- (E) O Brasil assumiu o dever de se abster de incorrer em todo ato ou prática de discriminação contra a mulher e zelar para que as autoridades e instituições públicas atuem em conformidade com esta obrigação.

70

Com relação aos Direitos dos Indígenas e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () O procedimento de demarcação é declaratório do direito originário territorial à posse tradicional indígena.
- () A proteção do direito originário indígena à terra depende do marco temporal da Constituição ou de renitente esbulho.
- () É possível o redimensionamento de terra indígena em caso de descumprimento dos elementos exigidos pela Constituição Federal (art. 231), por meio de pedido de revisão apresentado em até 5 anos a contar da demarcação anterior. Para tanto, é preciso comprovar grave e insanável erro no procedimento ou nos limites da terra.

As afirmativas são respectivamente:

- (A) F – F – V
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – V.
- (D) V – V – F.
- (E) F – F – F.

Medicina Legal

Francisco Helmer

71

Com relação à cronologia da morte, analise as assertivas a seguir:

- I – O litopédio é o resultado de um processo transformativo conservador denominado calcificação.
- II – A rigidez cadavérica surge mais precocemente em regiões de clima quente.
- III – O período de incerteza de Tourdes é aquele em que não se pode afirmar se as lesões encontradas tiveram causa anterior ou posterior à morte.
- IV – A mancha verde abdominal quase sempre se localiza na fossa ilíaca direita, sendo atribuída à sulfoxi-hemoglobina.

Estão corretos os itens:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) Todos estão corretos.

72

O corpo de um homem foi encontrado em uma área isolada, sem testemunhas. Durante a necropsia, o médico legista registrou que os olhos do cadáver apresentavam opacificação da córnea, mancha negra na região da esclera e perda da tensão do globo ocular. Além disso, o médico legista verificou ainda o pergaminhamento da pele e dessecação das mucosas.

Os sinais encontrados pelo médico legista são indicativos de que o cadáver está sofrendo o fenômeno cadavérico conhecido como:

- (A) desidratação.
- (B) *algor mortis*.
- (C) putrefação.
- (D) autólise.
- (E) *livor mortis*.

73

Acerca do estudo da traumatologia forense, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A lesão produzida pela mordedura humana é classificada como cortocontusa.
- (B) A lesão por projétil de arma de fogo pode apresentar diferentes características a depender da distância do disparo.
- (C) No caso de instrumentos perfurocortantes, a profundidade da ferida pode ser maior do que o comprimento da lâmina.
- (D) A lesão perfurocontusa é provocada exclusivamente pelo projétil de arma de fogo.
- (E) A rotura de vísceras é um tipo de lesão contusa interna.

74

Em uma cidade, foram registrados os seguintes óbitos:

- I – Idoso de 80 anos que faleceu em casa devido a uma parada cardíaca, com histórico de arritmia.
- II – Mulher internada por um mês após um acidente de trânsito, que falece posteriormente em decorrência de pneumonia nosocomial, sem sinais diretos de violência recente.
- III – Preso em regime fechado que morre de causa natural, sem histórico prévio de violência ou intervenção externa.
- IV – Indivíduo encontrado sem vida em um parque público, sem sinais de violência aparente, cuja identidade e informações médicas são desconhecidas.

Considerando as circunstâncias envolvidas e a legislação vigente, assinale a alternativa que indica corretamente para onde cada corpo deve ser encaminhado:

- (A) I – IML; II – IML; III – SVO; IV – SVO.
- (B) I – SVO; II – SVO; III – SVO; IV – SVO.
- (C) I – SVO; II – IML; III – IML; IV – SVO.
- (D) I – SVO; II – IML; III – IML; IV – IML.
- (E) I – IML; II – IML; III – IML; IV – IML.

75

Assinale a alternativa que apresenta um sinal que **não** é observado nas vítimas de afogamento:

- (A) cogumelo de espuma.
- (B) pele anserina.
- (C) sangue escuro.
- (D) manchas de Paltauf.
- (E) dentes e unhas róseas.

Criminologia

Ronaldo Paiva

76

Na atual conjuntura do contexto da ciência criminológica, é possível afirmar que ela é uma ciência prática que fundamenta sua conclusão em uma série de observações sociais, contudo tudo que é observado e experimentado pelo observador precisa ser confirmado metodologicamente. Nesse sentido, marque a alternativa que apresenta a metodologia confirmadora à observação.

- (A) o tecnicismo na elaboração normativa.
- (B) a interdisciplinaridade.
- (C) a análise positivada do direito penal.
- (D) o juízo sobre a efetividade do direito processual penal.
- (E) o estudo do ordenamento jurídico pátrio como um todo.

77

Acerca do conceito e das funções da criminologia, julgue o item seguinte.

- I – Na inter-relação entre o direito penal, a política criminal e a criminologia, compete a esta facilitar a recepção das investigações empíricas e a sua transformação em preceitos normativos, incumbindo-se de converter a experiência criminológica em proposições jurídicas, gerais e obrigatórias.
- II – Criminologia é a ciência que estuda o crime como fenômeno social e o criminoso como agente do ato ilícito, não se restringindo à análise da norma penal e seus efeitos, mas observando principalmente as causas que levam à delinquência, com o fim de possibilitar o aperfeiçoamento dogmático do sistema penal.
- III – A política criminal constitui a sistematização de estratégias, táticas e meios de controle social da criminalidade, com o propósito de sugerir e orientar reformas na legislação positivada.
- IV – O desvio ou o delito, objetos da criminologia, devem ser abordados, primordialmente, como um comportamento individual do desviante ou delinquente; não havendo relação com a influência social/externa.

V – A criminologia é uma ciência normativa, essencialmente profilática, que visa oferecer estratégias para minimizar os fatores estimulantes da criminalidade e que se preocupa com a repressão social contra o delito por meio de regras coibitivas, cuja transgressão implica sanções.

Estão **INCORRETAS**:

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, IV e V, apenas.
- (D) III, IV e V, apenas.
- (E) II e V, apenas.

78

Levando em consideração a evolução histórica no contexto criminológico, há de se falar que há um etapa temporal cujas características nos dizem que se trata de um período pré-criminológico, pois ainda não trata a criminologia em um contexto social, e sim jurídico.

Tendo como base o texto acima, marque a alternativa que apresenta o período citado e a principal contribuição aos estudos do crime.

- (A) Escola Clássica – o crime é um fenômeno normativo.
- (B) Escola Lombrosiana – o crime é um fenômeno humano.
- (C) Terza Scuola – o crime tem como motivação o determinismo moral.
- (D) Escola de Chicago – o crime é um fenômeno natural.
- (E) Teoria da Associação Diferencial – o crime é transmitido como forma de aprendizado.

79

O século XX ficou marcado por um conjunto de teorias que buscou explicar o fenômeno criminal no seu contexto social; desta feita, foram elaborados vários modelos teóricos que observavam fenômenos sociológicos ou ambientais ou comportamentais que culminavam e uma determinada criminalidade.

Dentre as alternativas a seguir, marque quais modelos teóricos se amoldam na sociologia criminal do consenso.

- (A) Teoria do Etiquetamento e Escola de Chicago
- (B) Associação Diferencial e Crítica/Radical.
- (C) Subcultura Delinquente e Interacionismo Simbólico
- (D) Anomia e Teoria Ecológica
- (E) Labelling Approach e Tolerância Zero

80

Dentro do aspecto contemporâneo da criminologia moderna, é possível observar inúmeros fenômenos que importam à vítima uma contextualização de participação, consciente ou inconsciente, na conduta criminosa. Sendo assim, marque a alternativa que não corresponde a um aspecto vitimológico observado pela vitimologia.

- (A) Cegueira seletiva acometida às vítimas que negam ou se recusam a acreditar que foram vítimas de um crime de estelionato, por exemplo, sendo denominada de fenômeno do escotoma.
- (B) O aprendizado criminológico por associação em grupos elitizados que manifestam crimes de natureza política, financeira e/ou econômica.
- (C) As relações vitimais de benjamim Mendelson.
- (D) A síndrome de Estocolmo é um estado psicológico em que a vítima de um crime ou situação de violência se identifica com o agressor, criando um laço emocional com ele.
- (E) A síndrome de Londres é um fenômeno psicológico que ocorre quando reféns se sentem antipáticos aos seus sequestradores e passam a discutir e discordar do seu comportamento. Essa situação pode levar a fatalidades.



5º Simulado
Polícia Civil do Estado de Minas Gerais
Delegado de Polícia Substituto (Pós-Edital)

GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	E	D	E	E	C	C	B	C	E
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	B	D	E	A	D	C	B	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	C	C	D	A	C	A	B	E	D
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	C	B	C	B	B	D	B	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
A	E	A	C	B	C	A	D	E	D
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
D	D	B	C	D	E	A	E	E	D
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
D	E	A	A	D	C	B	D	E	C
71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
E	A	D	D	C	B	C	A	D	B

ASSINATURA ILIMITADA 9.0

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada 9.0** do Gran Cursos Online.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 2,8 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.

 Quero ser assinante ilimitado agora

PC/MG – 5º SIMULADO – DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO (PÓS-EDITAL)

Direito Administrativo

Rafael de Oliveira

1

Sobre a responsabilidade civil do Estado na visão dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

- I – Nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.
- II – O STJ, alinhando-se ao entendimento do Excelso Pretório, firmou compreensão de que o Poder Público, inclusive por atos omissivos, responde de forma objetiva quando constatada a precariedade/vício no serviço decorrente da falha no dever legal e específico de agir.
- III – Considerando que é dever do Estado, imposto pelo sistema normativo, manter em seus presídios os padrões mínimos de humanidade previstos no ordenamento jurídico, é de sua responsabilidade, nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição, a obrigação de ressarcir os danos, inclusive morais, comprovadamente causados aos detentos em decorrência da falta ou insuficiência das condições legais de encarceramento.

- (A) Somente o item I está correto.
- (B) Somente o item II está correto.
- (C) Todos estão corretos.
- (D) Nenhum está correto.
- (E) Somente o item III está correto.

Letra c.

Assunto abordado: Responsabilidade Civil do Estado

I.

Nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada. (Tese – Tema 362)

II.

O STJ, alinhando-se ao entendimento do Excelso Pretório, firmou compreensão de que o Poder Público, inclusive por atos omissivos, responde de forma objetiva quando constatada a precariedade/vício no serviço decorrente da falha no dever legal e específico de agir. (REsp n. 1.708.325/RS, DJe de 24/6/2022).

III.

Considerando que é dever do Estado, imposto pelo sistema normativo, manter em seus presídios os padrões mínimos de humanidade previstos no ordenamento jurídico, é de sua responsabilidade, nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição, a obrigação de ressarcir os danos, inclusive morais, comprovadamente causados aos detentos em decorrência da falta ou insuficiência das condições legais de encarceramento. (Tese – Tema 365)

2

Sobre as origens do direito administrativo, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O direito administrativo surgiu na França no fim do século XVIII e início do século XIX, tendo seu reconhecimento como ramo autônomo do direito no início do processo de desenvolvimento do Estado de Direito, calcado no princípio da legalidade e da separação dos poderes.
- (B) Importante ressaltar que devido à criação do Estado de Direito e a sua conseqüente necessidade de garantir um mínimo de segurança na relação entre Administração Pública e os administrados, foi preciso criar ramos autônomos do direito para regular a relação supracitada.
- (C) Coube ao direito administrativo delimitar funções e organizar as ideias governamentais para assegurar os direitos decorrentes da mencionada relação, garantindo os interesses gerais da coletividade, chamados de interesse público.
- (D) Assim, o direito administrativo originou-se na França, no período pós-revolucionário, com o Estado de Direito, em uma época tomada pela revolta existente em relação às ideias políticas que eram juridicamente aceitas.
- (E) Os pensamentos de poder e dever foram frutos das ideias de Rousseau e Montesquieu, as quais não foram fundamentais para a formação do Estado Democrático de Direito.

Letra e.

Assunto abordado: Origens do Direito Administrativo

Nesse sentido, Rousseau introduziu o princípio da igualdade entre todos e conseqüentemente a soberania popular, fundamentando este princípio sob a teoria de que os homens são iguais e livres perante a sociedade, de modo que para haver um Poder organizacional era necessário que todos renunciassem uma parcela de liberdade.

Isso porque, para Rousseau, todos os homens eram igualmente competentes para estarem no poder, todavia, considerando que não era possível uma deten-

ção simultânea do poder, elegiam um representante para o exercício desta função. Deste modo, o Poder era visto como uma divindade ou resultado de determinado fato.

Larissa de Souza Gomes. *Origem do Direito Administrativo.*
<https://www.migalhas.com.br/depeso/62439/origem-do-direito-administrativo>

3

Sobre a Lei Federal n. 12.016/2009 e a jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre o MS, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, na defesa de seus interesses legítimos relativos a seus integrantes ou à finalidade partidária, ou por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 1 (um) ano, em defesa de direitos líquidos e certos da totalidade, ou de parte, dos seus membros ou associados, na forma dos seus estatutos e desde que pertinentes às suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial.
- (B) Os direitos protegidos pelo mandado de segurança coletivo podem ser: coletivos, assim entendidos, para efeito desta Lei, os transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo ou categoria de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica básica; individuais homogêneos, assim entendidos, para efeito desta Lei, os decorrentes de origem comum e da atividade ou situação específica da totalidade ou de parte dos associados ou membros do impetrante.
- (C) O mandado de segurança contra ato judicial é aceito, pelo menos, em quatro hipóteses excepcionais: decisão judicial teratológica; decisão contra a qual não caiba recurso; para dar efeito suspensivo a recurso que não o tenha; quando impetrado por terceiro prejudicado por decisão judicial.
- (D) No RMS 17.524, a Corte Especial inadmitiu a possibilidade de impetração de mandado de segurança para o reconhecimento de incompetência absoluta dos juizados especiais para o julgamento de uma demanda, ainda que já existisse no processo decisão definitiva de turma recursal da qual não cabia mais recurso.
- (E) No mandado de segurança coletivo, a sentença fará coisa julgada limitadamente aos membros do grupo ou categoria substituídos pelo impetrante.

Letra d.

Assunto abordado: Lei Federal n. 12.016/2009

Controle da competência dos juizados especiais

No RMS 17.524, a Corte Especial admitiu a possibilidade de impetração de mandado de segurança para o reconhecimento de incompetência absoluta dos juizados especiais para o julgamento de uma demanda, ainda que já existisse no processo decisão definitiva de turma recursal da qual não cabia mais recurso.

A relatora da matéria, ministra Nancy Andrighi, afirmou que o mandado de segurança versava sobre a competência dos juizados especiais para conhecer do processo. "Em outras palavras, o controle que se pretende através do *writ* não é da decisão, mas da possibilidade de a lide ser julgada por membro dos juizados especiais", esclareceu.

"Embora haja outras formas de promover referido controle, a forma mais adequada é a do mandado de segurança, por dois motivos: em primeiro lugar, porque haveria dificuldade de utilização, em alguns casos, da reclamação ou da *querela nullitatis*; em segundo lugar, porque o mandado de segurança tem historicamente sido utilizado nas hipóteses em que não existe, no ordenamento jurídico, outra forma de reparar lesão ou prevenir ameaça de lesão a direito", explicou.

Nancy Andrighi ressaltou não haver na lei dos juizados especiais a previsão de mecanismo de controle da competência das decisões proferidas por eles. "É, portanto, necessário estabelecer esse mecanismo por construção jurisprudencial", afirmou.

<https://www.stj.jus.br/sites/porta/p/Paginas/Comunicacao/Noticias/20062021-Definicoes-do-STJ-sobre-cabimento-legitimidade-e-outras-questoes-do-mandado-de-seguranca.aspx>

4

De acordo com o Estatuto dos Policiais Cíveis de Minas Gerais, o policial civil goza das seguintes prerrogativas, exceto:

- (A) convocar pessoas para testemunhar diligência policial.
- (B) ter aposentadoria especial, nos termos da lei.
- (C) requisitar, em caso de iminente perigo público, bens ou serviços, públicos ou particulares, em caráter excepcional, quando inviável outro procedimento, assegurada indenização ao proprietário, em caso de dano.
- (C) ser recolhido em prisão especial, à disposição da autoridade competente, quando sujeito a prisão antes e após a condenação definitiva, conforme disposto no Código de Processo Penal e nos termos da Lei Federal n. 5.350, de 6 de novembro de 1967.
- (E) receber, no ato de sua primeira designação, munições e colete balístico dentro do prazo de validade, arma de fogo, algemas e distintivo oficial padronizado.

Letra e.

Assunto abordado: Estatuto dos Policiais Cíveis de Minas Gerais

Art. 45. O policial civil goza das seguintes prerrogativas:
VII – convocar pessoas para testemunhar diligência policial;

VIII – ter aposentadoria especial, nos termos da lei;

IX – requisitar, em caso de iminente perigo público, bens ou serviços, públicos ou particulares, em caráter excepcional, quando inviável outro procedimento, assegurada indenização ao proprietário, em caso de dano;

X – ser recolhido em prisão especial, à disposição da autoridade competente, quando sujeito a prisão antes e após a condenação definitiva, conforme disposto no Código de Processo Penal e nos termos da Lei Federal n. 5.350, de 6 de novembro de 1967;

XI – receber, no ato de sua primeira designação, munições e colete balístico dentro do prazo de validade, arma de fogo, algemas e distintivo oficial individualizado;

XII – exercer as funções em instalações que ofereçam condições adequadas de segurança, higiene e saúde. (Grifos nossos)

5

Sobre as licenças, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A licença para tratamento de saúde será concedida a pedido do policial civil ou *ex officio*, sem prejuízo dos vencimentos e demais vantagens, sendo indispensável a avaliação médica.
- (B) O policial civil licenciado para tratamento de saúde não poderá dedicar-se a qualquer atividade remunerada.
- (C) A licença para tratamento de saúde depende de inspeção por junta médica oficial, até para o caso de prorrogação.
- (D) A licença concedida dentro do prazo de sessenta dias do término da anterior é considerada prorrogação.
- (E) O policial civil que, no curso de seis meses imediatamente anteriores ao requerimento de nova licença, houver se licenciado por período contínuo ou descontínuo de três meses deverá submeter-se à verificação de invalidez.

Letra e.

Assunto abordado: Estatuto dos Policiais Cíveis de Minas Gerais

Veja o que dispõe o artigo 60 e seguintes.

Art. 60. A licença para tratamento de saúde será concedida a pedido do policial civil ou *ex officio*, sem prejuízo dos vencimentos e demais vantagens, sendo indispensável a avaliação médica.

Art. 61. O policial civil licenciado para tratamento de saúde não poderá dedicar-se a qualquer atividade remunerada.

Art. 62. A licença para tratamento de saúde depende de inspeção por junta médica oficial, até para o caso de prorrogação.

§ 1º A licença concedida dentro do prazo de sessenta dias do término da anterior é considerada prorrogação.

§ 2º O policial civil que, no curso de doze meses imediatamente anteriores ao requerimento de nova licença, houver se licenciado por período contínuo ou descontínuo de três meses deverá submeter-se à verificação de invalidez. (Grifos nossos)

6

Sobre o poder de polícia na visão do STF, assinale a alternativa correta.

- I – A teoria do ciclo de polícia demonstra que o poder de polícia se desenvolve em quatro fases, cada uma correspondendo a um modo de atuação estatal: (i) a ordem de polícia, (ii) o consentimento de polícia, (iii) a fiscalização de polícia e (iv) a sanção de polícia.
- II – A extensão de regras do regime de direito público a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração pública indireta, desde que prestem serviços públicos de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial, é admissível pela jurisprudência da Corte.
- III – As estatais prestadoras de serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial podem atuar na companhia do atributo da coercibilidade inerente ao exercício do poder de polícia, mormente diante da atração do regime fazendário.
- IV – É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.

- (A) Somente o item I está correto.
(B) Somente o item II está correto.
(C) Todos estão corretos.
(D) Nenhum está correto.
(E) Somente o item III está correto.

Letra c.

Assunto abordado: Poder de Polícia

Todos os itens estão presentes neste acórdão.

Ementa Oficial

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 532. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PRELIMINARES DE VIOLAÇÃO

DO DIREITO À PRESTAÇÃO JURISDICIONAL ADEQUADA E DE USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL AFASTADAS. PODER DE POLÍCIA. TEORIA DO CICLO DE POLÍCIA. DELEGAÇÃO A PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO INTEGRANTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO DE ATUAÇÃO PRÓPRIA DO ESTADO. CAPITAL MAJORITARIAMENTE PÚBLICO. REGIME NÃO CONCORRENCIAL. CONSTITUCIONALIDADE. NECESSIDADE DE LEI FORMAL ESPECÍFICA PARA DELEGAÇÃO. CONTROLE DE ABUSOS E DESVIOS POR MEIO DO DEVIDO PROCESSO. CONTROLE JUDICIAL DO EXERCÍCIO IRREGULAR. INDELEGABILIDADE DE COMPETÊNCIA LEGISLATIVA. 1. O Plenário deste Supremo Tribunal reconheceu repercussão geral ao *thema decidendum*, veiculado nos autos destes recursos extraordinários, referente à definição da compatibilidade constitucional da delegação do poder de polícia administrativa a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta prestadoras de serviço público. 2. O poder de polícia significa toda e qualquer ação restritiva do Estado em relação aos direitos individuais. Em sentido estrito, poder de polícia caracteriza uma atividade administrativa, que consubstancia verdadeira prerrogativa conferida aos agentes da Administração, consistente no poder de delimitar

a liberdade e a propriedade. 3. A teoria do ciclo de polícia demonstra que o poder de polícia se desenvolve em quatro fases, cada uma correspondendo a um modo de atuação estatal: (i) a ordem de polícia, (ii) o consentimento de polícia, (iii) a fiscalização de polícia e (iv) a sanção de polícia. 4. A extensão de regras do regime de direito público a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta, desde que prestem serviços públicos de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial é admissível pela jurisprudência da Corte. (Precedentes: RE 225.011, Rel. Min. Marco Aurélio, Red. p. o acórdão Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, julgado em 16/11/2000, DJ 19/12/2002; RE 393.032-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe 18/12/2009; RE 852.527-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Segunda Turma, DJe 13/2/2015). 5. A constituição de uma pessoa jurídica integrante da Administração Pública indireta sob o regime de direito privado não a impede de ocasionalmente ter o seu regime aproximado daquele da Fazenda Pública, desde que não atue em regime concorrencial. 6. Conseqüentemente, a Constituição, ao autorizar a criação de empresas públicas e sociedades de economia mista que tenham por objeto exclusivo a prestação de serviços públicos de atuação típica do Estado e em regime não concorrencial, autoriza, conseqüentemente, a delegação dos meios

ASSINATURA ILIMITADA 9.0

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada 9.0** do Gran Cursos Online.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fóruns de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 2,8 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

(61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante ilimitado agora